



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME
ORGANIZADO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2024
(Do Sr. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ)

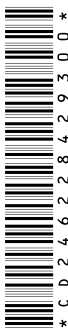
Requer a convocação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, a fim de que preste esclarecimentos acerca da demora na regulamentação das atividades dos clubes de tiro e na regulamentação da aquisição de arma de fogo pelos policiais Civil, Penal e Militar.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219 e 117, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a **CONVOCAÇÃO** do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Justiça e Segurança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski, nesta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, a fim de que preste esclarecimentos acerca da demora na regulamentação das atividades dos clubes de tiro e na regulamentação da aquisição de arma de fogo por policiais Civil, Penal e Militar.

JUSTIFICAÇÃO

Nos termos do art. 50, da Constituição Federal de 88, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer uma de suas Comissões, poderão convocar Ministro de





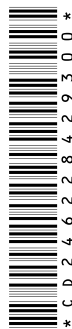
CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada.

O presente requerimento de convocação do Excelentíssimo Senhor Ministro Ricardo Lewandowski fundamenta-se na necessidade urgente de esclarecimentos acerca da demora na regulamentação das atividades dos clubes de tiro e na aquisição de armas de fogo por agentes de segurança pública, tais como policiais civis, penais e guardas civis municipais (GCMs). A ausência de uma normatização clara e efetiva sobre tais questões tem gerado incertezas e insegurança jurídica, com impactos negativos diretos tanto para a segurança pública quanto para o adequado funcionamento dessas atividades de interesse coletivo.

No que tange aos clubes de tiro, a ausência de regulamentação tem implicações diretas no controle de armamentos e na formação dos cidadãos que optam pela posse de armas. Essa lacuna normativa prejudica tanto a fiscalização quanto a garantia de que tais estabelecimentos operem dentro de padrões de segurança e eficiência. Dados recentes indicam que o Brasil conta com mais de 2 milhões de armas de fogo registradas, sendo que uma parte significativa está associada a membros de clubes de tiro. Sem uma regulamentação precisa, corre-se o risco de práticas inadequadas, o que potencialmente compromete a segurança pública.

Quanto à aquisição de armas de fogo por agentes de segurança pública, a morosidade na regulamentação tem prejudicado consideravelmente a atuação desses profissionais, que desempenham papel essencial na manutenção da ordem e na proteção da sociedade. O atraso na definição de regras claras para o acesso a armamentos compromete a eficácia da atuação dos policiais civis, penais e guardas civis municipais, especialmente diante do atual cenário de aumento da criminalidade. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, o Brasil registrou mais de 47 mil mortes violentas intencionais no último ano, evidenciando a importância de garantir aos agentes de segurança pública os instrumentos necessários para o exercício pleno de suas funções.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

Diante do exposto, é imperativa a convocação do Excelentíssimo Ministro Lewandowski para que sejam prestados esclarecimentos acerca das razões da demora na regulamentação mencionada, bem como para que se apresente um cronograma claro e preciso para a implementação das medidas regulamentares necessárias. Tal providência se mostra essencial para garantir o cumprimento das normas legais e a preservação dos direitos tanto dos profissionais de segurança pública quanto da sociedade em geral.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 2024.

Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ
(PL-SP)

